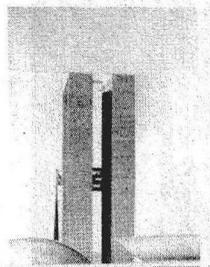


# Congresso defende criação de CPI para as assembleias dos estados

SCHEILA BERNADETE



**CORRUPÇÃO**

Os orçamentos estaduais deverão ser os próximos alvos da operação “mãos-limpas”, deflagrada no País após o escândalo da corrupção com as verbas públicas, se depender de pressão do Congresso. A opinião quase unânime dos parlamentares é de que o exemplo dado através da CPI do Orçamento seja estendido a todas as assembleias legislativas. Como os legislativos são autônomos, a viabilidade de uma CPI só será possível depois de aprovada pelos deputados estaduais. “Não há dúvidas de que a corrupção está incrustada em todos os níveis”, alerta o líder do governo, senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor da proposta em nível nacional. “Especialmente neste momento, é importantíssimo que a questão da ética se estenda aos governos e assembleias estaduais”, aprova o deputado Hélio Bicudo (PT-SP), membro da Procuradoria da Câmara.

O Rio Grande do Sul — estado já governado por Simon — foi o primeiro a atender ao chamado. Na assembleia gaúcha está em tramitação a comissão que poderá resultar em várias cassações de parlamentares — sutilmente batizada como CPI da Propina. Ela foi criada para apurar denúncias de corrupção no governo estadual, envolvendo desde secretários — que teriam beneficiado suas próprias empresas através de doações com os recursos públicos — até parentes do governador Alceu Collares (PDT) em negócios ilícitos com o dinheiro do contribuinte. “A situação no estado é tão complicada como a daqui”, observa o deputado Wilson Muller — membro da CPI do Orçamento e do mesmo partido do governador. Ele acha, no entanto, que o parlamento gaúcho servirá de exemplo às demais unidades da Federação.

**Paulistas** — O deputado José Dirceu, do PT de São Paulo, não tem



Simon: “A corrupção está em todos níveis”

dúvidas de que seu estado está no mesmo caminho. Ele garante que os petistas da assembleia paulista já têm pronto um requerimento pedindo a abertura de uma CPI do Orçamento local, devido aos últimos acontecimentos. “O depoimento da ex-mulher do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) envolve os governos de Quércia e Fleury; por isto não podemos mais esperar”, afirma.

A denúncia fala de um suposto esquema de manipulação dentro da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) com empresas. Ex-deputado estadual, Dirceu contesta ainda o orçamento do estado para 90, quando Orestes Quércia era governador, por considerá-lo inconstitucional. Na época ele havia eximido de culpa o então secretário de Planejamento, Frederico Mazzuchelli, atual assessor especial para privatizações do governo Fleury, envolvido nas acusações.

A Assembleia Legislativa ca-



Collares é investigado pela CPI da Propina

rioca é outra instituição que se prepara para a abertura de uma CPI sobre as verbas do orçamento. Para pressionar seus colegas, um grupo de vinte deputados estaduais de diferentes partidos já assinou requerimento pedindo a instalação da comissão. Segundo os parlamentares, as falcaturas orçamentárias têm como principais focos as chamadas entidades filantrópicas, “mais conhecidas como “pilantrópicas” — segundo o grupo — por servirem de fachada para beneficiar familiares e amigos dos políticos.

**Mídia** — “Se aqui as coisas estão desta forma, imagina lá, onde a mídia chega pouco”, saúda o deputado Carlos Lupi, vice-líder do PDT do governador Leonel Brizola e membro da CPI da corrupção no orçamento. Ele ressalta que o clamor da população, no sentido de moralizar as instituições, não permite qualquer prorrogação neste sentido. Para Lupi, as investigações terão que ocorrer não só no Legis-

lativo, mas dentro do próprio governo. “Digo isso, porque o governo Brizola não tem nada a temer, pois é inatacável neste aspecto”, salienta.

O deputado Jair Bolsonaro, do PPR carioca, ressalta com sua crítica mordaz: “Tem que se observar a origem pedetista do presidente da Assembleia do Rio, o deputado José Nader, que vive dificultando a instalação de uma CPI, argumentando ter comissões demais”.

Para Bolsonaro, o País de “mãos-limpas” faz parte de uma utopia. “Apenas com estas medidas não sei se será possível sanear o Brasil, porque é muito difícil provar qualquer coisa”, lamentou. “Precisamos ter cautela antes de tudo e cuidado com a síndrome do show”, previne o deputado Artur da Távola (PSDB-RJ), ao justificar que a formação de uma CPI em seu estado só deverá acontecer diante de fortes indícios de corrupção.